

A queda sem paralelo do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos doze meses terminados em março, que alcançou nada menos de 6,87%, mostra, de forma eloquente, a extensão dos sacrifícios que a população brasileira teve de suportar nesse período para afastar a ameaça de hiperinflação e reordenar a economia. Com o corte dos gastos públicos e dos investimentos, houve uma acentuada contenção na produção, particularmente na área industrial, que se traduziu em uma forte redução da massa salarial e diminuição do salário real dos trabalhadores.

O recuo do PIB poderia ser ainda mais preocupante não fosse o bom movimento exportador, que tem ajudado a sustentar o ritmo de atividade. Cresce a importância desse setor, que deve continuar a ser estimulado e que poderá ter uma importância estratégica para que a economia nacional possa retomar gradativamente o desenvolvimento, mantendo a inflação sob controle.

Isso não significa que devamos adotar um "modelo exportador", expressão muito utilizada no passado para caracterizar uma determinada linha de política econômica que

Con-Brasil O peso dos sacrifícios

privilegiava uma ação mais intensa de empresas nacionais nos mercados externos, alegadamente em detrimento do mercado interno. Hoje é cada vez mais nítida a consciência na sociedade brasileira de que o impulso à atividade exportadora é indissociável de uma maior expansão do mercado interno.

Em outras palavras: já passou a época em que as empresas brasileiras poderiam ver na exportação tão-somente uma válvula de escape em momentos de crise. Com as transformações em curso no País, não mais se admirá, pela simples lógica dos negócios, que as empresas se desinteressem de buscar oportunidades para a colocação de seus produtos no exterior quando o mercado interno se reativar. O que se visa atualmente, e o Programa de Competitividade Industrial (PCI) bem o exemplifica, é criar um clima adequado para o aumento dos investimentos, de modo a permitir tanto a continuidade e expansão

das exportações quanto o atendimento das necessidades do mercado doméstico.

Essa nova postura é corolário da abertura às importações, que obrigará, em escala crescente, as empresas instaladas no País a buscar sempre ganhos de produtividade, os quais serão tanto mais viáveis quanto mais sólida for a integração dos setores externo e interno. O que o Estado pode fazer para fortalecer esse processo é amparar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, ao mesmo tempo que reduz a sua presença na economia através de privatizações. Nesse cenário, a iniciativa privada deve assumir o papel de agente central na modernização da estrutura produtiva.

O outro vetor da mesma política é uma ação do governo cada vez mais orientada para resgatar a dívida social que estigmatiza a nossa sociedade. De fato, são as populações mais pobres as mais afetadas pela retração que o PIB espelha (em termos "per capita", a

queda do PIB, anualizada até março, chega a 8,76%). Números dramáticos estão aí a comprová-lo: o número de cidadãos que procuram auxílio nos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Problemas de Subsistência cresceu 81%, em São Paulo, no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 1990. Calcula-se que o número de brasileiros em estado de pobreza absoluta chegue a 40 milhões.

A retomada do crescimento é um ingrediente fundamental para reverter esse quadro, mas o governo, além de suprir as carências mais flagrantes, não pode abdicar do dever de orientar a sua ação social para a correção de distorções, como as que ocorreram no passado. Em nossa opinião, as autoridades estão na direção correta ao conferir prioridade aos problemas da infância abandonada, de modo a dar-lhe educação e garantir-lhe nutrição e saúde através inclusive de uma ação mais incisiva na área de saneamento básico. Ao lado disso, há que enfrentar, com decisão, as distorções provocadas pelos desequilíbrios regionais, que também se aguçam nas fases recessivas.